



Caríssimos leitores.

É sempre uma grande alegria trazer à luz mais uma nova edição.

Nesse volume, como de costume os textos primam por sua qualidade, pela relevância e pela contemporaneidade.

Para inaugurar a leitura, Bárbara W. Godoi e Angela C. Melo nos apresentam com o *Estudo de caso: percepção dos produtores rurais que atuam na feira central de Tangará da Serra -MT sobre os custos de produção no ano de 2016*, indicando que com o decorrer dos anos, a agricultura familiar foi se tornando cada vez mais reconhecida pelo seu papel na alimentação da população. Todavia, embora se possa contar com investimentos governamentais e novas tecnologias e recursos, é necessário um conhecimento básico sobre o controle de custos, para direcionar o que produzir, quando produzir e se é viável a comercialização do produto. A partir de pesquisa de campo com comerciantes locais, concluem que é imprescindível um aprofundamento sobre o assunto para que haja controle, maior rentabilidade, bem como direcionamento de investimentos.

Em *Formas de fiscalização e controle orçamentário e a interferência judicial via provocação pelo Ministério Público*, Eduardo Borges Milhomem aborda o papel do Poder Judiciário e do Ministério Público no controle orçamentário brasileiro, identificando-se as hipóteses em que se admite a interferência judicial nas finanças estatais, no bojo de ação civil pública. Além disso, a pesquisa faz um paralelo entre o mencionado controle judicial e as demais formas de controle financeiro tradicionalmente estudadas no Brasil (controles administrativos: interno e externo), buscando identificar as funções de cada uma no mosaico jurídico pátrio.

Thaís Leal Silva e Gisele Silva Lira de Resende, em *A docência no Ensino Superior: ensino, pesquisa e extensão*, travam um diálogo acerca indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Destacam que na prática, é possível observar que, grande parte dos docentes, não colaboram com este objetivo, o que pode resultar em um ensino que não estimula a construção do conhecimento e a prática social. Nesse sentido, examinam as dificuldades do docente universitário em realizar, efetivamente, essa tríade. Concluem que a interdependência entre pesquisa, ensino e extensão tem sido deficiente nas instituições de Ensino Superior, principalmente em virtude da estrutura disponibilizada para os docentes. Logo, é de importância singular que a visão acerca das funções da Universidade seja ampliada, a fim de que os



princípios que a norteia sejam colocados em prática e se tenha, por consequência, egressos críticos e comprometidos socialmente com a comunidade.

O quarto título *O sistema prisional e a ressocialização do preso através do trabalho*, escrito por Valéria F. S. Ricarte Rodrigues e Sabrinna Correia M. Cavalcanti, traz o resultado de um estudo acerca do sistema prisional e a eficácia da ressocialização dentro das penitenciárias, no Brasil, descrevendo o sistema adotado no ordenamento jurídico pátrio. A Lei de Execução Penal assegura, de forma fundamental, os direitos e deveres na proposta de reconhecimento jurídico do trabalho do apenado, trazendo, assim, ao convívio social, um indivíduo reeducado, por meio do trabalho. Para tanto, averigua os métodos de ressocialização do preso por meio do trabalho, os benefícios ou consequências para a sociedade. A partir dessas ponderações, as autoras afirmam que é necessário para o convívio social que o trabalho seja utilizado, como forma de reinserir o apenado na sociedade.

Reflexões dos processos de construções de uma identificação mítica: entre o individual e o coletivo em “Milagre em Juazeiro”, de Ronaldo Correia de Brito, é um ensaio produzido, com muito esmero, por Carlos Eduardo da Silva Ferreira, e tem como viés metodológico as relações intersemióticas de fundamento dialético entre literatura e cinema. O foco analítico que enquadra faz uma análise que consiste em dimensionar o discurso construtivo das relações entre o domínio individual das experiências e o domínio coletivo de tradições, a partir de interligações entre o filme *A festa da menina morta* e o conto “Milagre em Juazeiro”, obra pertencente ao *Livro dos homens*, de Ronaldo Correia Brito.

Por último, diante da delicada situação social vivenciada em nosso país, Argus Romero Abreu de Moraes, em *Reflexões sobre a intolerância política*, discute a intolerância política, em especial, no que concerne à realidade social brasileira na atualidade. Para tanto, a partir da organização interdiscursiva, argumentativa e metafórica do voto do Deputado Federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ), na Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016, na qual faz menção à uma figura presente na ditadura, faz alguns apontamentos acerca dessa matéria.

Ao final dessa breve exposição do teor desse número, agradecemos não só a excelência dos textos escritos por nossos articulistas, mas, também, à toda equipe editorial pelo zelo e primazia.

À todos vocês, desejamos uma boa leitura.

Prof.^a. Dr.^a. Gisele S. Lira de Resende

Editora Gerente – Dez./2017